MEMÓRIAS DO CASU

*Rafael Prata**

1. INTRODUÇÃO

Pedem-me um depoimento sobre o Centro de Acção Social Universitário – CASU, no fim de Julho de 2014.

Porque ao longo da vida vamos alijando a carga de papéis de que nos servimos para ajudar uma memória fraca, estou hoje desprovido de cópias de relatórios, orçamentos e contas que espelhavam, com alguma coerência, os anos da minha actividade no CASU. Também a fé cristã que então animava a minha acção se esfumou, fraca que era para resistir aos maus exemplos dos que permanecem nela e à reflexão sobre o que chamamos ciências.

Perante o aviso de que outros não tinham disponibilidade de agenda para responder em tempo e ainda outros não tinham já memória alguma do que foi o CASU, arrisco em alinhavar as notas soltas ainda possíveis.

2. O FIM FORMAL DO CASU

O CASU foi para mim uma vivência inesquecível, um centro de aprendizagem humana e de aplicação de conhecimentos técnicos e, às vezes, ainda é uma memória do fim triste de instituições exemplares, quando deixam de o ser, e até as entidades responsáveis, por elas, as extinguem mal.

O fim do CASU parece inequívocamente provado, se bem que em data incerta, possívelmente no fim da década de 1970:

---

* Licenciado em Finanças. Agradeço ao Julião Melo os seus contributos.

> «Com a passagem do período revolucionário e a consolidação do novo regime, muitas instituições de acção social encontraram dificuldades de sobrevivência pelo que, uma vez mais, o Estado optou pela sua integração na Misericóridia de Lisboa: (...) PRODAC (Associação de Produtividade na Auto-Construção), CASU (Centro de Acção-Social Universitário), (...).» (Fonte: site da Santa Casa, Página principal, História (C) 2007)

O acervo de instituições integradas na "Santa Casa" inclui entidades de natureza profundamente diversa e que, legalmente, não poderiam ser absorvidas por aquele instituto público autónomo do Estado, nomeadamente a PRODAC – entidade associativa, criada pela Caritas Portuguesa – e o CASU, pessoa colectiva canonicamente erecta e sob tutela do Bispo de Lisboa... Admito que, uma e outro, perdido o espírito de voluntariado de acção social que os animava, tenham derivado ao ponto de – esquecidas as origens e os objectivos – alguma alma caridosa ter depositado os espólios na "Santa Casa". Estas duas instituições conviveram, quando as conheci, paredes meias, cada qual numa assoalhada da sede da Caritas Portuguesa. Do CASU, saíram quadros e animadores para a PRODAC, o que gerou um vazio (recorrente, na história relativamente longa do centro), o qual esteve na base da minha ligação a ele, e, por isso, ressaltei estas, da longa lista de instituições integradas na década de 1970 na "Santa Casa".

Para a verdade histórica, fica o Decreto-Lei nº 289/83, de 22 de Junho, que extinguiu o CASU nessa data, e foi assinado por fracos juristas, com o erro material, insanável, de declarar que o CASU era uma pessoa colectiva de utilidade administrativa, quando era, sim, uma pessoa canonicamente erecta, para certos fins de tutela e inspecção do Estado, equiparado a pessoas de utilidade pública. (Fonte: site do Diário da República).

3. O CASU CHEGOU-ME PELO TELEFONE

Filho único, de pais católicos não-praticantes, cumpri com êxito os quatro catecismos da educação primária e recusei aos 10 anos a função de acólito que me foi proposta; os factores decisivos para essa forma de empenhamento de serviço foram a modéstia (um "non sum dignus" levado a peito) e o ritual da missa, aliás muito gabado pelos fiéis da Capela do Sagrado Coração de Jesus (Rua Capitão Renato Baptista, Lisboa). Em 1959-1960, o bondoso professor de Religião e Moral, Luís de Azevedo Mafra, convenceu-me, com facilidade, a inscrever-me na Pré-JEC do Liceu Camões; os dez mandamentos do militante da acção católica pareciam-me bastante fáceis de seguir. Ainda nesse ano escolar, ou no seguinte,

o tesoureiro da secção da Pré-JEC, António Fernando Marques Ribeiro dos Reis, passou para o 3º ano, o que implicava então mudar para a ala leste do edifício do liceu, segregada do "pátio dos mais novos"; propôs-me que o substituísse e, com timidez, aceitei. Fiquei admirado com a má qualidade dos registos de receitas e a ausência do registo de despesas – e iniciei então uma luta (a prazo, inglória) para que a acção católica tivesse boas contas, pelo menos no meu liceu. Assim foi, comigo tesoureiro da JEC, nos 3º e 4º anos do liceu, sob as lideranças de Miguel Lobo Antunes e José Manuel Delgado Félix Ribeiro.

O professor de Religião e Moral, Fernando Augusto Belo, conseguiu convencer-me a aceitar o cargo de presidente da JEC no 5º ano, mas fui incapaz de reunir um punhado de militantes assíduos às reuniões de reflexão, quanto mais de manter algumas actividades circum-escolares, abertas ao liceu, como antes. As regras administrativas da JEC eram absurdas e para isso e para a falta de militância católica efectiva, chamei, uma ou duas vezes, a atenção do presidente diocesano. Em 17-06-1965, Júlio G. Dias respondeu-me por carta que eu, enquanto presidente da secção da JEC do Camões, me interessava por um problema que há muito o consumia, e disse estar ansioso por conhecer "o autor das cartas mais audaciosas que se escrevem à Direcção Diocesana de Lisboa da JEC". Convidava-me para um encontro, a que não fui. Eu tinha-me esgotado numas dezenas de páginas manuscritas, numa sala anexa à Capela do Rato, na Calçada Bento da Rocha Cabral, enquanto esperava por ele para um encontro, a que ele faltou... Depois desse programa de reforma administrativa, resignei ao cargo de presidente da JEC junto do padre assistente. (O acaso fez que aquele desencontro me proporcionasse conhecer o padre Alberto Neto, que só não é um santo mártir da Igreja porque esta não o merece, mas isso são outros contos…)

Não fui militante da JEC nos 6º e 7º anos, nem pensei em filiar-me na JUC – o que me distanciou, nesse plano, embora não no da camaradagem e amizade, do António Manuel de Oliveira Guterres. Já estavamos na universidade, em cursos separados, quando, uma noite, recebi em casa um telefonema dele. O telefonema alongou-se. Ele estava a formar uma direcção para o Centro de Acção Social Universitário – CASU, uma associação criada ao abrigo da Concordata, mas aberta a não católicos, para exercer acções de voluntariado social, junto de populações pobres de Lisboa, e precisava de alguém, com o meu perfil, para tesoureiro. À minha objecção estatutária, ele respondeu que o CASU estava de tal modo carenciado de pessoas que, ou "nós entravamos, ou aquilo acabava", pelo que o assistente diocesano, que exercia a tutela (não me recordo do nome, e

nunca o vi), admitiria que os novos membros entrassem, para a direcção, sem o período probatório de 2 anos. Assim foi.

O CASU tinha funcionado nos últimos anos na base do voluntarismo de um ex-Jucista, Mário do Nascimento Vieira Pinto Coelho, e a Maria de Fátima, outra universitária; com a saída de ambos para a PRODAC, o CASU estava sem liderança, sem contas, sem orçamento e com uma dívida de 53 700$00, que, apuradas as contas, era só de... 104 330$00 (+ 94%). Esta indeterminação inicial iria representar um desafio adicional de rigor da minha parte, e levou-me a inventar maneiras de fazer dinheiro do que quer que fosse para preencher o buraco do défice inicial. O elemento decisivo para a minha aceitação era o princípio básico do CASU: formar os universitários voluntários em acção social junto das populações, em vez da prática da caridade e da assistência. Enquanto as associações de estudantes na década de 1960 aprofundavam divisões no apuro de fórmulas doutrinais políticamente puras, à "esquerda", o CASU queria criar neles uma consciência social e dirigir a sede de verdade e de política para o estudo e a proposta de resolução de problemas sociais, não em gabinete, mas no meio das populações necessitadas – uma exigência de responsabilidade de partilhar cultura e de humildade para nos fazermos aceitar pelas (naturalmente fechadas) populações.

4. A MINHA ACÇÃO NO CASU

Em 25-03-1969, participei com ansiedade na primeira reunião da Direcção do CASU, presidida pelo António Manuel de Oliveira Guterres. Numa sala de menos de 20 metros quadrados, ao fundo do corredor sombrio do 3º andar do nº 84 da Avenida da República (em cedência gratuita pela Caritas Diocesana, paredes-meias com a sede da PRODAC), encontraram-se pela primeira, de muitas vezes: Júlio António Correia Domingues, Armando Manuel Dias Correia e Julião Guimarães de Melo, estudantes do IST, como o António; a Luísa Amélia Guimarães Melo, de Medicina, a Maria da Conceição Delgado Fazenda, de Letras, e eu, Rafael Pinheiro Prata, do ISCEF (actual ISE/UL). A qualidade de liderança do António manifestou-se desde logo, na perfeição do número de elementos do grupo, no rácio de mulheres em cargos de direcção, no à vontade que criou entre católicos e não católicos ou entre fumadores e abstémios; foi o primeiro grupo, a que verdadeiramente posso chamar equipa, que aprovou um programa, pelouros e prazos. Sobre mim e a Conceição Fazenda recaiu o pesado encargo

de dar sentido às numerosas pastas sem nome onde estava o espólio do Centro (desde o seu início, em data que não recordo, nos anos 1950), juntar papéis para organizar um arquivo e as contas de gerência do ano civil de 1968 e do ano corrente (1969).

Salvo erro, os estatutos previam que os sócios da categoria B seriam admitidos pela direcção e, após 2 ou mais anos de actividade, seriam admitidos pela Assembleia Geral à categoria A. O CASU tinha um arquivo, com algumas dezenas de fichas de sócios da categoria A, que foi objecto de actualização, na medida do possível. Encontramos pessoas falecidas, muitas moradas e telefones desactualizados, algumas pessoas surpreendidas, por serem recontactadas, "após tantos anos", umas, contribuíram com um donativo final, outras, nem isso – e uma notável excepção de que falarei mais tarde. O CASU não tinha sequer dinheiro para os telefonemas, quanto mais para a convocação da AG por correio registado de todos os sócios da categoria A, como mandavam os estatutos...

Os outros membros da direcção desenvolviam a sua acção pessoal e coordenavam a de outros estudantes universitários e um número restrito de jovens licenciados avençados, que faziam a acção social possível, em dois bairros de lata e um bairro social camarário degradado de Lisboa, em ligação com os "clubes" populares locais e, onde possível, outros núcleos católicos. Se os outros membros da direcção e os outros voluntários tinham a seu cargo a «acção directa», na qual, pela palavra e pelo exemplo, através da prestação de alguns serviços, visavam instalar o sentido de dignidade perdida por uma grande parte dos residentes naqueles bairros; no meio dos papéis e na solidão daquela sede, nunca perdi o sentido superior que norteava o trabalho de todos nós.

Salvo erro, na Quinta da Curraleira (Rua António Luís Inácio, nº 20), funcionavam um clube e aulas de educação de adultos; na Quinta do Bacalhau, um clube, aulas de adultos e uma colchoaria, para emprego de pessoas com problemas de inserção social; no Bairro da Quinta da Calçada, aulas de adultos e um jardim infantil – este a funcionar no edifício da capela do bairro que fora, em meados da década de 1940, um emblema da política social do regime. Não me recordo em qual ou quais, um gabinete para consultas médicas. O bairro em que o CASU tinha mais implantação era o da Curraleira, precisamente aquele em que o padre Abel Varzim tinha desenvolvido acção mais meritória, na década de 1940, através do Centro de Estudos e Acção Social, que fundou com alunos do Instituto Superior Técnico, no sentido da ligação da teoria à prática – um embrião do CASU. (Fonte: site do CNC, 2006 http://www.cnc.pt/artigo/1502)

Em 02-04-1969, a direcção aprovou o que chamei "Plano de actividade financeira do CASU para 1969", uma espécie de orçamento até 31-12-1969, para recuperação do passivo herdado e financiamento das actividades correntes. Graças aos donativos recebidos da CML, da SCML, da FCG e de poucos antigos sócios, e a vários peditórios durante as missas dominicais, conseguimos ultrapassar as nossas expectativas e apresentar uma conta equilibrada no total de 424 172$50, com o saldo positivo de 1592$90. (Fonte: relatório e conta de gerência do CASU, em 10-02-1970). Antes de cada peditório em igrejas o sacerdote ou um de nós expunha, à comunidade dos fiéis, quem éramos e o que fazíamos; depois, éramos nós e não os acólitos a fazer o peditório, durante ou no fim da missa. A generosidade, com que éramos retribuídos, agradava à minha costela de tesoureiro, mas houve pequenas moedas, que vi sair de bolsos puídos, que me deixaram comovido até hoje. As relações públicas junto das entidades de tutela e de outros possíveis financiadores das actividades foram cruciais: com uma linguagem de verdade, a crueza dos números mas, também, com a visível mão-cheia de voluntários (que ia crescendo) fomos tendo êxito.

Dos presidentes da Câmara Municipal, recordo António Vitorino da França Borges (1969-1970), que foi instrumental para a concessão pela Legião Portuguesa ao CASU da primeira (e última...) viatura automóvel: o Volkswagen GC-21-73; era um homem envelhecido e distante, adivinhando já a sua substituição próxima; Fernando Augusto Santos e Castro, (1970-1972) viu justamente, no CASU, um aliado, na guerra que sabia ir perder contra a corrupção na Polícia Municipal – através da influência desta nos pareceres sociais e na alocação de residências camarárias – e no combate aos bairros-de-lata da cidade. Muita gente esqueceu o trabalho do Gabinete Técnico da Habitação da CML, dinamizado por Santos e Castro, mas eu não, numa visita guiada para a direcção do CASU. Nem esqueci o justo orgulho dele em frente dos projectos de recuperação de bairros degradados, nem o profissionalismo, que a jovem arq. Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta exibia ao descrever os planos e os seus pormenores. Para ir ao GTH, que funcionava em terreno contíguo ao da Feira Popular de Lisboa, só tivemos que atravessar a avenida desde a sede do CASU (e da PRODAC)...

Da chefe do serviço social da SCML, Maria Raquel Ribeiro (única mulher na futura lista de deputados independentes da ANP, em 1969), que exercia, por delegação, funções de tutela financeira da Direcção-Geral da Assistência sobre o CASU, consegui compreensão para os orça-

mento e conta de gerência, "formalmente sui generis", que lhe apresentei quando, por sorteio, o CASU teve que apresentar contas.

A Diocese estava bem longe do CASU, quando surpreendemos Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal há 40 anos, com um pedido de audiência; o velho cardeal descobriu que nunca tinha ido a um bairro-de--lata, e desejou conhecer um. Foi preciso arranjar dois voluntários que quisessem ir com ele a um bairro, e coube-nos, à Luísa Melo, convictamente ateia, e a mim, o mais infiel dos fiéis, acompanhá-lo nessa visita de risco; foi um êxito: conseguimos atravessar com ele o bairro, apresentá--lo a algumas das pessoas com quem tínhamos actividades (elas e todos espantados com o facto nunca visto), acabando a visita do outro lado do vale, no pavilhão das freiras-laicas, que aí mantinham um dispensário e ficaram deslumbradas pelo acontecimento.

Foi nas férias de Verão de 1969 que um punhado de voluntários organizou e geriu uma colónia de férias, para crianças dos três bairros, na praia da Fonte da Telha: tarefas árduas, mas conseguidas, desde o empréstimo gratuito de tendas da Mocidade Portuguesa e colchões e roupas da Casa Pia de Lisboa, transporte e instalação junto da Escola Primária, serviço de refeições e de gestão da disciplina. Esta a mais difícil, pelo despique entre miúdos e miudas dos três bairros, dos 7 aos 13 anos. A professora primária aposentada, Berta Sá R. de Carvalho, que vivia naquele pavilhão, era uma espécie de guardiã da escola deserta e tinha dúvidas quanto à coabitação de miúdos e voluntários, de ambos os sexos, mas ficou feliz com o resultado sem atritos; era uma barrista de qualidade e sentimento e, no fim, presenteou o António Guterres e o ecónomo da colónia (eu), com duas esculturas quase iguais, cabeças de Cristo inseridas numa cruz; conservo a minha preciosamente. No início da sua carreira política, o António Guterres disse a um jornalista que ficara pasmado ao ver miudos correr vestidos para a água do mar, porque eles nunca tinham visto o mar – e a história foi publicada algumas vezes. É um símbolo do que se queria levar à prática, proporcionar às crianças, cujos pais não tinham dinheiro para as tirarem do fundo do vale em que nasceram, o contacto prático com o mar, que só conheciam em teoria. Para os jovens universitários, participantes na organização e monitores daquelas dúzias de bons selvagens, foi uma queda no real e um curso intensivo de muitas disciplinas científicas ao mesmo tempo.

Em 15-09-1969, eu e o Júlio Domingues estivemos para sair de repente do CASU, e desta vida. Íamos distribuir dois enormes colchões a famílias pobres, em endereços fornecidos pela SCML, como já havíamos feito antes. Com muita arte e suor, tínhamos dobrado e comprimido os dois objectos

da colchoaria para dentro do "carocha" preto que já tinha feito a 2ª Grande Guerra, mas que parecia ter feito a 1ª. Três portas, assento de trás rebatido, cheio como um ovo, o Júlio conduzia à velocidade possível, descendo a Av. Marechal Gomes da Costa, quando uma carrinha comercial da COMOREL (viatura AH-73-81), que descia a Av. Infante Dom Henrique, se apresentou pela esquerda. O Júlio achou que a carrinha vinha longe; e vinha, mas vinha depressa, e o outro condutor, por distracção ou estupidez, em vez de reconhecer a nossa prioridade ou se desviar para a nossa retaguarda, naquele cruzamento amplo, embateu no Volkswagen quase sem travar. A porta do pendura abriu-se e eu fui projectado, a correr de gatas, através do cruzamento. Quando levantei a cabeça, estava a dois metros do para-choques de um carro que travara a tempo de não me esmagar. Lembro-me que não agradeci a Deus e só me preocupei em ir ver o Júlio, que estava óptimo: a nossa carga pneumática absorvera o choque, e ele só estava tonto com a pancada. Passamos pelo hospital com pequenas equimoses, mas o "carocha" preto, esse, morreu ali. A PJ arquivou o processo, sem acusar ninguém, em 30-10-1969.

No ano lectivo seguinte, a direcção manteve-se, o número de colaboradores era maior, e o CASU voltava a ter um orçamento. Para o ano civil de 1970, o orçamento era formalmente equilibrado, no total de 529 332$80, embora na data em que foi aprovado (30-12-1969) ainda não estivessem garantidos alguns subsídios, no montante de 69 743$00. Mas concretizaram-se e o sonho, de uma segunda colónia de férias, no Verão foi possível, desta vez para 136 crianças, na praia de Sines. (Fonte: Relatório financeiro da Colónia de Férias de Sines, CASU, 30-09-1970).

No ano lectivo de 1970-1971, a continuidade parecia assegurada:

a) foi eleita uma direcção para o biénio seguinte; Manuel Martins Lopes Marcelo (presidente, um estudante do ISE, actual ISEG/UL), Jorge Manuel Rodrigues Crispim Romão, João António Alves da Silva, Maria Helena Marques Monteiro e outros.
b) foi eleita uma Comissão Revisora dos estatutos do CASU que apresentou uma proposta que permitia agilizar a convocação da Assembleia Geral e trocar alguma burocracia por coisas práticas, mantendo o articulado sintético como na origem; segundo o grau de participaçäo trabalharam nisso, além de mim, Mário Pinto Coelho, Virgílio Alberto Meira Soares, Carlos José Rodrigues Crispim Romäo, Manuel Luís Fernandes Malaquias, Miguel Ângelo Ferrer Simões da Silva, Maria Fernanda Mendes Marques.
c) o António Guterres, sem assumir qualquer cargo nos órgãos estatutários, criava um Grupo de Estudos do CASU. Presentes na pri-

meira (e única) reunião, além dele e de mim, Diogo de Lucena, Luís Valadares Tavares e José Tribolet (finalistas do IST como António Guterres), Julião Melo e Maria Margarida Pires de Almeida (ambos do CASU) e Carlos Santos Ferreira e Padre Vítor José Melicias Lopes, vindos da FD/UL e sem ligação anterior ao CASU.

Em 16-05-1971, fui eleito Presidente da Mesa da Assembleia Geral do CASU, por 22 votos a favor e 3 abstenções, no que terá sido um máximo de participação associativa. Para a direcção do CASU, foi reeleito o presidente Lopes Marcelo.

Em 12-12-1971, fui chamado pela direcção para resolver uma questão envolvendo membros da direcção e um voluntário do CASU; uma questão nebulosa de difamação e insultos, baseada em testemunhos secundários, que me levou, como membro e relator da Comissäo de Inquérito do CASU, a inquirir vários membros do CASU. Já não recordo como concluí o relatório, mas o que ficou no meu coração foi que dois irmãos que se mostravam muito activos (Manuel e João António de Fernandes Malaquias) e um novo membro recrutado por um deles (Cameira) estavam completamente fora do espírito da época (Natal) e do espírito do CASU.

Esse meu sentimento viria a ser confirmado poucos meses depois. Em 1972, o tesoureiro, Jorge Manuel Rodrigues Crispim Romão, cansado de esperar pelo subsídio da SCML, foi queixar-se pessoalmente à administração e lá foi informado que este já havia sido pago a... João António de Fernandes Malaquias. Este fizera-se passar pelo tesoureiro, usando o carimbo de borracha do CASU para dar veracidade à sua assinatura e apropriara-se dos donativos, aquele e (salvo erro) dois de outras instituições, que usou em proveito próprio. Do meu apoio moral às direcções lesadas (do Lopes Marcelo e, depois, do Jaime Nina) resultaram pressões junto do João Malaquias que deram origem a novo crime (emissão de cheques sem cobertura) mas conseguiram reaver uma parte do dinheiro para o CASU. A queixa-crime, por abuso de confiança, entrou e arrastou-se; o 25 de Abril veio encontrar João Malaquias em serviço militar nos Açores; a PJ só me chamou para prestar declarações no processo de inquérito em 09-10-1974. Tentei fazer pressão sobre o agente, chamando-lhe a atenção para a natureza da instituição abusada: "Roubar ao CASU é roubar aos mais necessitados!" O agente, preso num gabinete de 16 m2, apontou-me os metros cúbicos de processos acumulados nas secretárias, em cima das cadeiras, nos armários e no chão até meio das paredes, e disse-me, "Que quer? Isto é só para mim e o meu colega." Desanimei; o processo

terá sido mandado arquivar em 1981; ainda foi reaberto, por acção da direcção, mas foi definitivamente arquivado em 1983, antes ou depois do decreto-lei que determinou a extinção do CASU.

Voltando atrás, em 20-07-1973, fui reeleito presidente da Mesa da Assembleia Geral do CASU (por 14 votos a favor e 1 abstenção), em lista com Gastão Caraça da Cunha Ferreira, 1º secretário, e Manuel Martins Lopes Marcelo, 2º secretário. Como presidente da direcção foi eleito Manuel Luís de Fernandes Malaquias. Repare-se como, dos poucos membros activos um ano antes, foi possível reduzir-se a este quase mínimo.

Em 01-08-1974, dirigi a AG que procedeu a novas eleições. Desta vez não aceitei novo mandato e aí foram eleitos como presidentes: Gastão Caraça da Cunha Ferreira, para a MAG, e Jaime Nina, de novo para a direcção. Já não me recordo quantos associados estavam presentes. Recordo que o "espírito do CASU", que havia animado a minha acção, se esfumara, numa renovação de quadros, nem sempre para melhor, e no abandono do Centro pelos sócios da categoria A, esquecidos do seu compromisso estatutário. Por isso, me demiti nesse dia, de membro A do CASU – para que ninguém tivesse justificação para dizer que eu faltara ao compromisso. O 25 de Abril abrira-me outros campos de participação social e nunca fui capaz de me dedicar, a fundo, a meia dúzia de causas ao mesmo tempo.

Uma palavra de homenagem ao membro activo da categoria A, Gastão Caraça da Cunha Ferreira, um dos poucos fundadores do CASU que a direcção de 1969 conseguiu repescar, na década de 1970, e o único que ficou ao nosso lado, transmitindo ânimo e conselhos, até àquele momento, para mim, de termo de compromisso.

5. FRUTOS TARDIOS DO CASU

5.1. Em fins de 1970, a reunião do GE/CASU não teve sequência, mas o activismo do António Guterres foi decisivo para a criação do chamado **Grupo da Luz**, grupo de reflexão católica, tal como o CASU aberto à participação de não crentes, que funcionou com regularidade apreciável até 26-02-1977. O padre franciscano Vítor Melícias Lopes (que viria a ser o primeiro presidente da direcção do Serviço Nacional de Bombeiros, em 1980), seu co-fundador, animava-o espiritualmente. O António Guterres liderava o grupo do ponto de vista dos temas lançados para estudo e debate colectivo. Estrutura informal, tinha o objectivo de sensibilizar

estudantes para a sua inserção social, em conjunto e com espírito de grupo e de serviço comunitário. A ideia-base do grupo era dar uma inspiração cristã à vida política e também potenciar a capacidade de intervenção, de cada um, no desenvolvimento social. O grupo visava ter uma acção discreta, que sensibilizasse e captasse os melhores estudantes e preparar, com sentido de grupo e de partilha, a futura inserção social e profissional dos seus membros.

Do grupo fizeram parte, além dos dois referidos e de mim, Luísa Melo, Julião Melo, Maria Margarida Pires Almeida, Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira, Maria Madalena Ferreira da Silva Diogo, José Manuel Ferreira Figueira de Faria, Diogo Lucena, Isabel Maria Matos Dias, Virgílio Alberto Meira Soares, Maria Antónia Meira Soares, António Augusto Barahona Fernandes de Almeida, Ana Maria Barahona, Francisco José Caeiro da Motta Veiga, Maria da Graça Santos Dias da Silva, Fernando Soares Carneiro e Isabel Soares Carneiro. Como já foi publicado, do grupo faziam parte também Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa, Luís Valadares Tavares, Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza e Pedro Manuel Cruz Roseta, mas não foram membros assíduos. O grupo não tinha uma estrutura fixa mas era estável e, para certas reuniões temáticas, convidava outros jovens profissionais que se destacassem nalguma área; como foi o caso destes, mas também do historiador António Reis e da arquitecta Helena Roseta (que referi acima), da Ana Cristina Motta Veiga (mulher de MRS em 1972) e (salvo erro) do publicista Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho.

Na fase mais activa, até ao 25-04-1974, o grupo reunia numa sala do edifício principal do Convento dos Franciscanos (Largo da Luz, 11), ou numa sala das Franciscanas Missionárias de Maria (Rua Chaby Pinheiro, 12); em ambas, a celebração litúrgica era feita na mesma sala em que decorria depois a reflexão, embora pudessemos aceder às respectivas capelas. Era o espírito "iconoclasta" do Vaticano II...

No domingo 29-05-1977, o "Grupo da Luz" apresentou-se à reunião inter-grupos católicos no Mosteiro de Santa Maria do Mar (Sassoeiros, Oeiras), presidida pelo Padre Miguel Ponces de Carvalho: JEC, JUC, MEC, GRAAL, CRC, Torres Campos (comunidade de profissionais católicos, designado pelo nome do membro em cuja casa normalmente se reuniam, alguns dos quais ex-membros da JUC e do CASU)... O Grupo da Luz (que nunca teve nome, nem patrono!) apresentou-se desfalcado do António Barahona, que teve uma recaída da sua rotura de ligamentos no tornozelo, e o porta-voz imprevisto foi o Francisco Motta Veiga. Para mim, foi esta a última reunião de amigos no espírito do Grupo da Luz.

Depois do bloqueio da via de participação cívica própria (ver o ponto seguinte, sobre a ADOC), foi o Grupo da Luz a animar uma série de actividades:

a) publicação de oito artigos não assinados, na série "Emigração e Vida Nacional", no semanário *O Emigrante*, sob a direcção de Vítor Melicias Lopes (de 05-04-1971 a 17-05-1971). Recordo que os meus artigos, "Ensino – por uma infância melhor" e "Ensino – ainda a pensar na infância", foram alvo de quatro cortes e de uma alteração de redacção num parágrafo, pela Comissão de Censura, desvirtuando-lhe parcialmente o sentido...
b) publicação de artigos assinados com o pseudónimo Coesus, em *A Capital*, sob a coordenação de Nandin de Carvalho (1971);
c) participação de António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa, como pequenos accionistas da Sojornal – Sociedade Jornalística e Editorial, SARL (1972), que fundou o semanário *Expresso* (n.º 0 em 30-12-1972), e, de mim próprio, na elaboração do plano de contas e supervisionando os serviços financeiros como adjunto (Janeiro de 1972 a Fevereiro de 1973) do chefe dos serviços administrativos, Marcelo Rebelo de Sousa;
d) publicação de 25 artigos assinados com o pseudónimo Coetus [étimo latino para comunicação interpessoal] na secção "Projecto", do caderno de Economia e Negócios do *Expresso*, sob a coordenação de Marcelo Rebelo de Sousa (Fevereiro 1972/Julho 1973);
e) participação de vários membros do grupo como sócios da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social – (ver ponto próprio);
f) António Guterres, que com Diogo Lucena foi dos primeiros engenheiros a fazer um curso de pós-graduação em Economia, teve um segmento próprio, de 15 minutos (salvo erro, semanal), no programa 23ª Hora, emitido entre as 23:00 e a 01:00h, na Rádio Renascença; pelas 23:45h, com o título genérico *"O Eng. António Guterres fala de problemas do nosso tempo"* sobre temas, normalmente de natureza económica; em 13-04-1973, eu fui entrevistado, neste programa, sobre "Defesa do Consumidor";
g) Em 27-01-1974,"um pequeno grupo de jovens católicos", aproveitando a oportunidade da Homilia da Paz, escreveu uma carta a D. António, Bispo do Porto, referindo "a ausência ou a timidez de orientações claras e actualizadas por parte da maioria dos bispos portugueses", para lhe dizer "Estamos consigo!" [carta assinada

por Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira, Pe. Vítor José Melícias Lopes, Luísa Amélia Guimarães e Melo, António Manuel de Oliveira Guterres, Julião Pereira Guimarães e Melo, Francisco José Caeiro da Motta Veiga, Maria da Graça Santos Dias da Silva, Rafael Pinheiro Prata, Maria Madalena Ferreira da Silva Diogo, António Augusto Barahona Fernandes de Almeida, Ana Maria Barahona, Maria Margarida Pires de Almeida, Virgílio Alberto Meira Soares, Maria Antónia Meira Soares]

h) estudo e preparação de "dossiers" sobre orgânica da Administração Pública, autarquias locais, eleições legislativas (com um ficheiro de personalidades políticas candidatas ou eventuais), relações Governo/AN, imprensa e informação, repressão política, integração económica europeia, inflação, emigração, reforma do ensino, saúde, associativismo.

Não quero omitir uma referência a uma iniciativa pessoal, mas na qual me sentia apoiado pelo nascente Grupo da Luz. No ano lectivo de 1969-1970, quando estava em pleno a crise institucional e académica do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF/UTL, hoje ISE/UL), integrei a comissäo de curso do 3º ano de Finanças; fomos uma dúzia de activistas que estudamos currículos universitários europeus, desenhamos um plano de curso alternativo ao da Licenciatura em Finanças, literalmente recrutamos profissionais competentes para leccionar as novas disciplinas, com os quais consensualizamos os novos programas, organizamos horários e turmas, e propusemos a abertura de inscrições e a abertura das aulas ao Director do ISCEF e ao Ministro da Educação Nacional. O êxito dos nossos esforços deveu-se em boa parte ao interlocutor que os estudantes e o MEN admitiam, Francisco José da Cruz Pereira de Moura (1925-1998), então ainda só Doutor em Economia e cujo militantismo como católico progressista, levaria à sua prisão, pela DGS, na vigília de 31-12-1972, na "Capela do Rato". O êxito foi completo: a experiência, tolerada pelo Ministério, consolidou-se em decreto e persistiu anos, com méritos reconhecidos, embora a designação de curso de Finanças tivesse cedido o passo, àquilo em que o tornamos, o primeiro curso português de Organização e Gestão.

5.2. Em 08-02-1971, nascia no notário a **A.D.O.C. – Associação para o Desenvolvimento Cultural**, com um acrónimo homófono de ad hoc, com o fim principal de análise e promoção do desenvolvimento cultural, através de fomento da criatividade individual e colectiva, democratização

do acesso à cultura e reforma dos esquemas educacionais, mas também com fins de cooperação com outras entidades votadas ao estudo, divulgação e promoção do desenvolvimento da sociedade portuguesa, e de convívio entre os seus associados. Nos fundadores outorgantes há três nomes de membros activos do CASU – Rafael Prata, António Guterres, Vítor José Melicias Lopes – embora o peso maior venha, com o dinâmico Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa, de jovens licenciados em Direito e de outros sectores: Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira, Fernando da Conceição Nunes, Fernando José Rodrigues Ramos Machado, João António da Silveira de Lima Pimentel, José Manuel Loureiro da Silva, José Manuel Ferreira Figueira de Faria, Máximo Diogo José Dias, Abel Filipe Barreto de Lara, Albano Manuel Montenegro Bessa Monteiro, José de Oliveira, Alfredo José Ribeiro Gaspar. Na "reforma dos esquemas educacionais" aflorava o espírito de equipa que unira alguns daqueles jovens no Secretariado da Reforma Educativa (SRE), durante os meses que durou o projecto do ministro Veiga Simão, de estudar e desenhar uma Reforma do Sistema de Ensino, participada e democrática. Na "cooperação com outras entidades" votadas a fins semelhantes, estava desde logo, a ideia da SEDES – tentativa pioneira de quebrar o monolitismo partidário do regime.

A notícia da constituição da ADOC saiu na 1ª edição de *A Capital* de 11-02-1971; a Comissão Central de Exame Prévio da imprensa conseguiu impedir a republicação na 2ª edição, e uma notícia semelhante no *Diário de Lisboa*.

A ADOC teve sede, programa de acção e órgãos sociais eleitos pela Assembleia Geral que funcionou provisoriamente em casa de um dos fundadores. Foram eleitos Alfredo José Gaspar (presidente da MAG), João Pimentel (CF), e Marcelo Rebelo de Sousa (Secretariado), mas os corpos gerentes não foram homologados pelo Ministro do Interior e, por consequência, não pode funcionar. Enquanto a recusa não foi transmitida ao Secretariado, a ADOC funcionou e realizou alguns colóquios já programados, envolvendo personalidades de relevo da vida intelectual e política, dos quais o primeiro foi sobre a Reforma do Ensino, com Adelino Amaro da Costa (subdirector do GEPAE), Maria de Lourdes Pintasilgo (procuradora à Câmara Corporativa), José Pedro Pinto Leite (deputado independente à AN, subscritor do Manifesto dos 101 católicos, de 1965), António Reis (então colaborador da Seara Nova), João Martins Pereira (ex-*O Tempo e o Modo*). Ainda houve outros dois, sobre Política Económica, e Corporativismo e Sindicalismo. Participei com outros fundadores na reunião de liquidação da ADOC em 16-09-1971.

5.3. A vontade de participação cívica organizada e a não apetência pelo trabalho político clandestino, levaram-me, e a vários membros do Grupo da Luz, a integrar a **Associação para o Desenvolvimento Económico e Social – SEDES** (no meu caso, de 1972 a 1974).

a) participação de apoio ao Secretariado na organização, da administração de sócios, contabilidade e biblioteca; ["Em grande medida graças à colaboraçäo do sócio Rafael Prata, foi possível organizar toda a contabilidade e mantê-la em dia." Relatório e Contas da Actividade de 1972, ponto 3.3]

b) participação no grupo de introdução ao debate "Portugal – o país que somos, o país que queremos ser" sob a coordenação do Secretário João Salgueiro, a preparar temas sectoriais para um "livro branco" sobre a situação geral do país, que amarrava os debates à realidade concreta da demografia, da economia, das finanças públicas... (seis reuniões, num total de 48 sócios de Lisboa), além de mim, o António Guterres, a Luísa Melo e o Diogo de Lucena – ainda quatro do Grupo da Luz... (Outubro/ Novembro de 1972)

c) elaboração de um documento "SEDES – Defesa do Consumidor" (escrito pelo António Guterres e por mim), em que, sobre o tema, se conclui pela "necessidade de formas de associação que permitam ao consumidor a defesa mais eficaz dos seus interesses" (s/d, mas de Janeiro de 1973) e uma circular aos sócios, de 16-03-1973, que subscrevi em nome do Grupo da Defesa do Consumidor, com um projecto de criação de uma associação para a Defesa do Consumidor (exterior à, mas com apoio logístico da SEDES); o Grupo de Defesa do Consumidor foi constituído por: Alberto Heleno do Nascimento Regueira, Isabel Sales Henriques Belchior, Maria Carlota Sales Henriques Belchior, João Castro Pereira, António José Santos Fronteira e Silva, Luís Nandin de Carvalho, José Ângelo Correia, Rafael Prata, António Guterres e Luísa Ferreira e Melo.

d) fui o secretário do Grupo E da actividade "SEDES – Portugal, para onde vais?", porventura o mais ousado dos dois grupos de sócios que escolheram o cenário Socialismo Ocidental, onde estavam também do Grupo da Luz o António Guterres, a Luísa Melo, o Vítor Melicias Lopes e o Nandin de Carvalho. Havia católicos entre os outros dez membros do grupo E: Adriano Thadeu Ferreira, Alberto da Silva Barata, António Leite Garcia, Aurélio Afonso Pinheiro Henriques, Carlos Matos Chaves de Macedo, José Carlos Botelho Moniz, José Manuel Ferreira Afonso, Manuel Valério

da Costa Belchior, Maria Teresa Ambrósio, Miguel Salgado Costa Duarte (de 01-09-1973 a 14-02-1974). No último dia, coube-me ler o relatório final do nosso grupo numa sala repleta de sócios, onde não faltara o nosso "sócio PIDE", sempre silencioso, do qual não tivemos notícia depois do 25-04-1974... [O texto síntese, sob o título "Socialismo Ocidental", foi publicado pelo Conselho Coordenador da SEDES – "Documentos de trabalho SEDES: Portugal para onde vais?" Moraes Editores. Série Actualidade portuguesa, s/n [11]. Lisboa: Janeiro 1974. 56+6 pp.]

e) fui co-autor, com Carlos Santos Ferreira e Vitor Melicias Lopes, de "Documentos de trabalho SEDES: Portugal Novo: Movimentos e Partidos Políticos" Edição de O Emigrante – Voz de Portugal. Lisboa: 13-08-1974. 140+2 pp.

f) António Guterres fez parte dos órgãos sociais da SEDES eleitos em 17-05-1974, como relator do Conselho Fiscal (presidente Diogo Duarte; secretário Emílio Rosa); nessa data foram eleitos também Emílio Rui Vilar, presidente da MAG, e António Sousa Gomes, presidente do Conselho Coordenador.

5.4. Autonomizando-a do apoio desinteressado da SEDES, promovi a fundação da **Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO** (12-02-1974), elaborando o projecto de estatutos, coordenando a comissão instaladora (Alberto Regueira, António Guterres, Arlete Amaral Almeida, Celeste Abreu, Emídio Santana, Fernando Ferreira Pereira, Isabel Belchior, João Castro Pereira, João Machado, José Victor do Nascimento, Maria Carlota Sales Henriques, Maria Emília Sequeira Ribeiro, Maria do Rosário Giraldes, Rafael Prata, Raul da Silva Pereira). Fui sócio fundador nº 2, 3º outorgante da escritura de constituição, eleito presidente "ad hoc" da Mesa da Assembleia Geral na primeira reunião da Assembleia Geral, em 18-02-1974.

A DECO, um projecto católico? Não, mas uma concretização de valores de defesa da pessoa humana, na sua faceta de agente económico final, como consumidor ou utilizador de produtos e serviços, que entendíamos dever ser independente dos poderes económicos, políticos e religiosos. O António Guterres (do CASU) ainda ali estava, mas um esforço de equilíbrio de forças levou a comissão instaladora a procurar integrar personalidades de vários quadrantes ideológicos e entre os fundadores podemos encontrar, depois da liberdade do 25 de Abril, anarquistas, comunistas, socialistas democráticos e social-democratas, mantendo-se unidos nos

princípios comuns do nascente "consumerismo". Nele fui colaborador activo das direcções de 1974 a 1980, tendo sido tesoureiro da direcção no biénio 1978-1979.

5.5. Logo em Maio de 1974, filiei-me no **Movimento Democrático Português – MDP/CDE**, "união nacional" dos movimentos democráticos de base distrital que se haviam manifestado nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 com afirmações programáticas que me pareciam mais consentâneas com a minha visão de justiça e igualdade. Era o único movimento civil que surgia em correspondência ao Movimento das Forças Armadas – MFA, que devolvera aos portugueses as liberdades essenciais de expressão, de reunião e de associação. Apartidário, propunha-se aglutinar os antifascistas e democratas de várias tendências ou sem tendência definida, com o objectivo de construir uma sociedade democrática, ser um instrumento de organização e de informação política dos portugueses e assegurar a participação política dos portugueses nas Comissões de Base. Apoiaram o MDP os partidos que nas duas primeiras semanas após o 25A se apresentaram aos portugueses: o PCP, o MES, o PS e o PPD. Se a comissão política distrital do PS de Coimbra se distanciou do MDP, a comissão executiva distrital do MDP/CDE tinha um peso relevante de socialistas democráticos e católicos conhecidos: Alberto Arons Braga de Carvalho [fundador do PS], Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia [ex-PCP, fundador do PS], Francisco Pereira de Moura, José Manuel Tengarrinha, Manuel Alfredo Tito de Moraes [ex-FPLN e ex--ASP], João Paulo Guerra [que explorou a liberdade e a cumplicidade da hierarquia católica para passar "reportagens duríssimas" na Rádio Renascença sobre bairros de barracas (Fonte: http://perfildojornalista.eusou.com/pt/entrevista.asp?id=1869&mid=288], Gilberto Lindim Ramos [fundador da associação Intervenção Democrática – ID, proprietária da *Seara Nova*], mas também Manuel Villaverde Cabral (ex-PCP, próximo do Potere Operaio, de Itália), Victor Wengorovius (fundador do Movimento de Esquerda Socialista – MES), Luís Filipe Lindley Cintra, Vítor Manuel Caetano Dias, Lino António Marques de Carvalho, António Modesto Navarro, Herberto Goulart, Graça Mexia, Francisco Manuel Fernandes, Urbano Tavares Rodrigues.

Nesse espírito, procurei dinamizar os trabalhadores do meu local de trabalho, um serviço público, para a participação política e sindical e fui eleito num comício promovido pelo MDP/CDE em 22-06-1974, vogal da comissão administrativa da Junta de Freguesia da Pena (Lisboa), correspondente ao meu local de nascimento e residência. A acção de base, de gestão autarquica nessa fase de transição de uma Freguesia fechada para

uma democrática, foi rico e variado – desde o funcionamento de equipamentos sociais à resolução dos problemas de falta de habitação a par com habitações devolutas.

Aguardei pelo anúncio formal da "transformação" do movimento em partido político, em 03-11-1974, agora mera frente do PCP no jogo não democrático da tomada do poder, para anunciar às entidades competentes o meu abandono do MDP/CDE. Foi com satisfação que vi que, ao nível de base, designadamente nas reuniões da JF, continuei a ser aceite como antes.

5.6. Entretanto, inscrevera-me no **Partido Socialista – PS** (08-08-1974), tendo sido formalmente admitido como filiado em 02-10-1974. Para ele entrara com a maioria dos membros do Grupo da Luz, um a um, por decisões individuais ao longo dos meses quentes e rápidos do Verão de 1974.

Nem de propósito, a primeira tarefa política séria foi a campanha de esclarecimento político e divulgação do PS no distrito de Castelo Branco, considerado "difícil e muito conservador" pela direcção nacional do partido. O coordenador da acção foi o António Guterres, com algum apoio meu e do Santos Ferreira – ainda três do Grupo da Luz. Fui orador em trinta e uma sessões, nomeadamente: Covilhã (07-09-1974), Ferro e Aldeia do Carvalho (08-09-1974), Teixoso (14-09-1974), Unhais da Serra (15-09-1974), Silvares (12-10-1974), Vila de Rei e Cernache do Bom Jardim (13-10-1974); e, em datas de que não me recordo, Caria, Cebolais de Cima, Castelo Branco, Sarzedas, Minas da Panasqueira, Sertã. Escrevi para essa campanha o folheto "O Partido Socialista e o Cristianismo" que, tal como os outros três manifestos dessa campanha (Agricultura – João Lince de Oliveira; Sindicalismo – Marcelo Curto; Emigração – Teixeira Ribeiro, salvo erro), foram distribuídos às muitas centenas de populares que acorreram às sessões, ouviram e debateram com os militantes políticos idos de Lisboa e do PS local, desde a estratégia partidária aos problemas concretos da falta de apoio médico e da exploração de trabalhadoras em empresas concretas. Falamos com verdade, convidando ao trabalho político pelas várias vias que então se abriam ao povo, marcando com a clareza possível, as fronteiras entre as três opções com que os cidadãos se debatiam – comunismo, socialismo democrático ou social-democracia tal como defendida pelo então PPD – mas sem nunca prometer o socialismo para amanhã. Em 25-04-1975, contados os votos para a Assembleia Constituinte, o PS teve naquele distrito a maioria absoluta mais expressiva do total nacional.

A nível nacional, fui delegado ao 4º Congresso do PS, na base da moção de estratégia global "Por um projecto socialista, por um partido democrático: Dar a palavra aos trabalhadores e aos militantes". Tive um papel activo no congresso, 08/10-05-1981, em defesa da moção e do projecto de estatutos subscritos com José Leitão e Miguel Lobo Antunes (dois católicos), e Rui Cunha, António Andrade Afonso, Aquiles de Oliveira, Costa Moreira, Fernando Loureiro, José Franco, Naide Rebelo, Maria Augusta Soares. Esta corrente, defensora da autogestão, do cooperativismo e do socialismo democrático da base para o topo, estava desgastada já pelas fracções do Movimento Socialista Popular – MSP (do católico da JOC, Manuel Serra) para a Frente Socialista Popular – FSP, em Janeiro de 1975, e a da Fraternidade Operária para a União de Esquerda para a Democracia Socialista – UEDS (de António Lopes Cardoso que teve o apoio de católicas como Maria de Lourdes Pintasilgo e Teresa Santa Clara Gomes) em Janeiro de 1978. Creio que recolhemos 1% dos votos dos congressistas, divididos que estavam entre as correntes maioritárias de Mário Soares e Salgado Zenha (este com os católicos Vítor Constâncio e António Guterres). Do lado vencedor, apenas uma palavra de apreço de Almeida Santos pela qualidade técnica do projecto de estatutos – que eu tinha redigido quase sozinho, com uma defesa cerrada, artigo por artigo, nos planos ideológico e técnico.

Outras batalhas, relativamente perdidas, pela organização de base e participação dos militantes no controlo da minha nova freguesia de residência, vieram a confirmar-me que era inevitável a derrapagem para um partido de aparelho, sem contas claras, afundado no lóbismo pelos lugares nas instituições políticas ou cargos públicos – enfim, tal qual os partidos do espectro do centro e da direita. De resto, mesmo os sociais-democratas e os cristãos-democratas sérios que eu conhecera na SEDES, iam abandonando os cargos de direcção ou mesmo os partidos PPD/PSD e CDS. Não quiz estar no partido quando chegasse a vez de António Guterres ser secretário-geral, e pedi a demissão do PS em 31-12-1982.

6. UM BALANÇO ÍNTIMO, DISTANTE NO ESPAÇO E NO TEMPO

Em 01-07-1984, encontrava-me no território chinês de Macau sob administração portuguesa. Quase o meu único elo a Portugal era então o meu Pai, a quem escrevia longas cartas, duma das quais copio esta reflexão:

"Achei bastante graça à entrevista do [António] Guterres sobre culinária: a prova de que nos mantemos sempre iguais apesar de algumas modificações exteriores, está em que ele, hoje como há vinte anos, continua a não gostar de queijo, chouriço e azeitonas; era das questões que nos dividiam, desde os nossos primeiros dias juntos. Curiosamente, considero a minha acção no **Centro de Acção Social Universitário – CASU**, com ele, das coisas mais positivas e úteis que fiz até agora na vida. O que lá aprendi, a embalagem que aí tomei para enfrentar quase tudo, valeram bem o trabalho não remunerado. E se aqui os jornalistas crápulas se sentem na obrigação de escrever aquelas frases gentis ou, pelo menos, cuidadosas, a meu respeito, e se falo com muita naturalidade seja com quem for – desde o bispo à criada do restaurante – em boa parte o devo à educação recebida em casa e à escola da vida que para mim foi o CASU. Agora mesmo, enquanto, por um lado, estudo a reorganização da Cadeia Central, do Instituto de Educação de Menores e do Centro de Recuperação de Drogados, por outro lado procuro ajudar a resolver o problema da minha empregada, cujo filho mais velho foi preso há um ano por participar num assalto. E reparo que sei mais, de teoria e de prática, sobre psicologia criminal, acção social, delinquência juvenil, comunicação humana, do que a generalidade das pessoas, mesmo algumas que superintendem nos sectores. Como cada coisa que fiz até agora, o CASU serviu para me meter a fundo nos problemas dos sectores – surpreendo muita gente com o conhecimento geral que tenho de quase tudo. Designadamente, em Macau, comparável em gente à cidade de Coimbra, percebo muito melhor o que se passa nos diversos sectores da Administração do que a maioria dos outros, especialistas de uma só coisa, incapazes de ver o funcionamento do conjunto. Também os meus «mestres» sobre os quais li muito – Pombal e Salazar – aliados ao meu espírito sistemático, me dão uma posição superior de apreciação das acções desta gente portuguesa pequenina, que só entende o dia-a-dia, incapaz do rasgo e de horizontes largos de que Portugal precisa, e de aceitar o desafio do progresso numa situação que é menos complexa do que parece, que é o caso de Macau. Chegado a metade da minha comissão aqui e a [36 anos] metade (ou mesmo mais) da minha passagem por esta vida, **há um momento de balanço**, naturalmente. Conheço pessoalmente e já visitei locais sujeitos a regimes políticos muito diversos e tenho a percepção da evolução mundial – que até agora segue a linha que eu há muito esperava. A teoria socialista está a afundar-se, como antes se afundou a teoria liberal, numa prática incorrecta. Portugal, no meio disso, é nada. Os portugueses cometeram vários crimes históricos no Mundo: o abandono das colónias a alguns comerciantes, durante séculos, foi um deles. Não é agora com os políticos que tem, homens de visão curta, que estarão à altura das exigências de desenvolvimento que a China vai liderar até ao fim deste século. Sou um homem sem ilusões acerca do passado ou do futuro, aí ou aqui. Como objectivo de vida, desde muito cedo, decidi ser eu e não uma cópia

dos modelos que a sociedade propunha: nem um honesto chefe de família, sabujo do patrão, para alimentar a mulher, a amante e os filhos, nem um valdevinos inútil, que não percebe que é utilizado pela máquina industrial para consumir droga, roupas e perfumes exóticos. Também aprendi a conhecer a Sociedade e a mim próprio desde suficientemente cedo, para saber que, se a vida a um é difícil, a dois ou mais é ainda mais complicada. Considero hoje uma das decisões mais acertadas da minha vida não me casar – evitando as separações penosas, as responsabilidades de 'educar os filhos' e 'preparar o futuro' que, nos dias de hoje, ninguém honesta e esclarecidamente pode considerar ser capaz. Com o meu grau de exigência e perfeição... seria insuportável ficar, nesse plano, pelas meias-tintas. A questão não se põe, portanto, em termos «dela» ser loura ou uma chinesinha. / O meu afastamento daí por bastante tempo e a facilidade com que me adaptei a viver aqui – que causa espanto a muito boa gente... de cá – vieram provar que não sou um homem português. Tal como sempre me senti nas minhas curtas saídas do país, sou um homem do mundo. Mesmo aqui, sem saber a língua, apenas com a ajuda do Inglês que funciona hoje como o Esperanto (a língua de todos) estou como um peixe na água. Saudades, nenhumas. O Pai vai-me dizendo que tem saudades minhas, o que eu acredito, mas não posso mentir a dizer que as tenho. Lembro-me de vocês, gostaria que estivessem bem, menos mal de saúde e a aproveitar o melhor possível a presença neste «vale de lágrimas», tal como me lembro dos amigos, poucos mas bons, que aí tenho. / Vocês são mesmo a única responsabilidade que tenho na vida. (...)"

Afinal, o sentido da responsabilidade determinou-me mesmo a não renovar a segunda comissão de serviço em Macau, para dar assistência familiar ao meu Pai e ao tio materno, que me ensinara a ler.

Ponto é que, no meio do desencanto e da fé perdida nos homens e em Deus, se mantinha o elã do empenho total, profissional e emocional, pelo próximo, sendo este sempre o que carece de tratamento digno, de pão, paz, trabalho e habitação – como as populações dos bairros de lata da Curraleira, do Bacalhau e da Calçada – ali e então, chineses imigrados clandestinamente para o El Dorado de Macau.

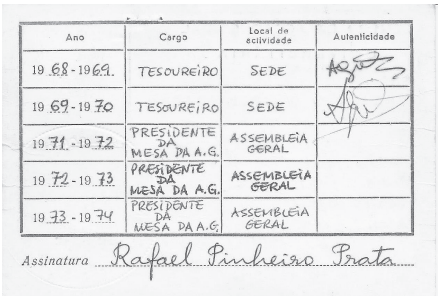
Terei vivido no CASU uma aplicação dos Evangelhos, ou apenas escutado um impulso íntimo de exigência, de decência e justiça na humanidade?

CENTRO DE ACÇÃO SOCIAL UNIVERSITÁRIA

CARTÃO DE IDENTIDADE

Nome RAFAEL PINHEIRO PRATA
Morada BECO DE S. LAZARO, 5 *Tel.* 44094
Faculdade ou escola I.S.CIÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANC.
Lisboa, 24 *de* MARÇO *de 1969*

O PRESID. DA ASS. GERAL



Ano	Cargo	Local de actividade	Autenticidade
19 68 - 1969	TESOUREIRO	SEDE	
19 69 - 1970	TESOUREIRO	SEDE	
19 71 - 1972	PRESIDENTE DA MESA DA A.G.	ASSEMBLEIA GERAL	
19 72 - 1973	PRESIDENTE DA MESA DA A.G.	ASSEMBLEIA GERAL	
19 73 - 1974	PRESIDENTE DA MESA DA A.G.	ASSEMBLEIA GERAL	

Assinatura Rafael Pinheiro Prata

Cartão de identidade de Rafael Prata, como membro do CASU. Lisboa: 24-03-1969. [Assinatura de Mário Pinto Coelho, na frente, e rubrica de autenticação de António Guterres, no verso. Note-se a gralha no nome do CASU: Centro de Acção Social Universitária, em vez de Centro de Acção Social Universitário.]

Retrato a lápis, de Rafael Prata por Jorge Romão, sobre papel de carta timbrado do CASU. Lisboa: 14-08-1970. [À data, Rafael Prata era membro do CASU e colaborava com a direcção; Jorge Romão era membro da direcção. Note-se a gralha no nome do CASU: Centro *da* Acção Social Universitário, em vez de Centro *de* Acção Social Universitário.]

Senhor D. António
Bispo do Porto

Lisboa, 27 de Janeiro de 1974

Somos um pequeno grupo de jovens católicos, que procura viver mais intensa e verdadeiramente a sua vida religiosa, celebrando comunitariamente a Eucaristia num esforço de união com todas as Igrejas cristãs.

As grandes dificuldades que sentimos na aplicação à vida diária da palavra de Cristo e a ausência ou a timidez de orientações claras e actualizadas por parte da maioria dos Bispos portugueses, designadamente na Diocese a que pertencemos, levam-nos a procurar com interesse as directrizes mais esclarecidas sobre o Evangelho para os nossos dias que outros pastores emitem.

Assim, temos acompanhado a sua acção pastoral, tanto quanto a distância nos permite, reflectindo algumas vezes sobre ela.

Acreditamos que quem mantém, praticamente só, a actuação de independência e verticalidade de Vossa Reverência, pode sentir a solidão de uma tal posição.

Este grupo já há muito tinha a intenção de lhe escrever, e aproveitou a oportunidade da sua Homilia da Paz em 1 de Janeiro para o fazer, dizendo-lhe: "Estamos consigo !"

Em sinal de fraternidade e de união eucarística,

Carlos José Ramalho dos Santos Ferreira
P. Vitor José Relicários Lopes
Luísa Amélia Guimarães e Melo
António Manuel de Oliveira Guerreiro
[illegible]
Francisco José Cacio de Rottelleiga
Maria da Graça Santos Dias da Silva
Rafael Pinheiro Prata
Maria Cordeira Ferreira da Silva Diogo

Carta ao Senhor D. António, Bispo do Porto. Lisboa: 27-01-1974. Digitalização da frente da cópia do original dactilografado e assinado pelos membros do Grupo da Luz.

O PARTIDO SOCIALISTA E O CRISTIANISMO

O PARTIDO SOCIALISTA tem-se dado conta de que uma das maiores preocupações e interrogações do povo português é sobre a possibilidade de ser, ao mesmo tempo, cristão e socialista.

Apesar de muitos padres e um grande número de cristãos, bem esclarecidos acerca dos princípios da sua religião, já terem aderido e continuarem a aderir ao PARTIDO SOCIALISTA, ainda muitos não estão esclarecidos acerca deste ponto.

O Evangelho de Jesus Cristo veio abrir horizontes novos no caminho da libertação do homem, libertação espiritual — ensinando-lhe o caminho de Deus — mas também libertação das injustiças humanas. Ele ensinou e pregou contra os exploradores, os ricos e os opressores e a favor dos humildes, dos pobres e dos explorados. Os políticos poderosos do seu tempo e os grandes senhores da igreja judaica, perseguiram-nO, julgaram-nO e condenaram-nO à morte. Para os católicos a ressurreição de Cristo, abre uma esperança enorme de salvação e é uma razão para transformar o Mundo.

O Evangelho não nos mostra um modelo só, bem determinado, para se construir a sociedade por ele, nos aspectos económicos, sociais, culturais e políticos, mas o Evangelho recusa quaisquer modelos ou actos que sejam contra a fraternidade entre os homens.

O socialismo em liberdade que o PARTIDO SOCIALISTA defende, será construído pelos portugueses em condições de igualdade, cooperação e respeito da pessoa humana — para que acabe o individualismo, a cobiça, o egoísmo em que se vive nas sociedades capitalistas, como na nossa. E o socialismo que o PARTIDO SOCIALISTA defende não conduz a uma sociedade totalitária, isto é, em que as pessoas não sejam livres; pelo contrário, o socialismo que queremos é democrático, quer dizer, que todos decidirão, nos seus empregos, nas regiões onde vivem e a nível das grandes decisões nacionais, o que querem e o que não querem, na política, na economia, na cultura, etc., e onde cada homem será livre de escolher a sua religião e de discordar das opiniões dos outros. A liberdade é um valor essencial para nós, PARTIDO SOCIALISTA.

Mas, então, porque é que alguns padres e leigos, por falta de esclarecimento, continuam a pensar e a dizer que os cristãos não podem ser socialistas?

Porque os primeiros homens que defendem ideias socialistas atacaram a religião, chamando-lhe «ópio do povo» e ameaçando acabar com ela na futura sociedade socialista. Eles tinham razão, mas só em parte, porque viram na Igreja do seu tempo grandes defeitos e injustiças e, porque não tinham Fé ou a tinham perdido, não distinguiram entre esses defeitos e a verdadeira religião dos cristãos, a doutrina salvadora e libertadora de Jesus.

Ora um número crescente de cristãos tem tomado consciência, nas últimas décadas e em todo o Mundo, mesmo os Papas nas últimas encíclicas, de que a sociedade capitalista assenta na exploração do homem pelo homem, no poder do dinheiro, na opressão da classe dos pobres pela classe dos ricos. Enquanto cristãos, entristecem-se com as situações injustas que vêm. Enquanto cidadãos, homens que participam na vida, colectiva, querem transformar esse sistema de exploração construir uma socidade socialista, em que a justiça seja a mais forte.

É preciso não transformar a religião numa política. Por isso, o PARTIDO SOCIALISTA entende que a Igreja deve estar separada do Estado e que todos os homens devem escolher e professar livremente a religião que quiserem.

É preciso não transformar a política numa religião. Por isso, o PARTIDO SOCIALISTA recusa que os partidos políticos ou os governos tenham ou proclamem ter determinada religião. Cada pessoa, religiosa ou não, deve filiar-se no partido que, em sua consciência achar que melhor serve a libertação do Homem.

«O Partido Socialista e o Cristianismo», s/l, s/d. Folha volante, escrita por Rafael Prata, editada pelo PS para a campanha de divulgação no distrito de Castelo Branco, Agosto/Setembro 1974.